



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- 🐾 [SUSTENTABILIDADE É DEVER DE TODOS – O Popular](#)
- 🐾 [A ESPERANÇA PARECE SUBMERSA – O Popular](#)
- 🐾 [ARMAS EM QUEDA – Folha de São Paulo](#)
- 🐾 [O CONGRESSO ESTÁ CEGO? – Folha de São Paulo](#)
- 🐾 [A POLÍTICA DA CULPA: DA PANDEMIA ÀS INUNDAÇÕES NO RS – Folha de São Paulo](#)
- 🐾 [ACÇÕES PARA A CIDADANIA – Folha de São Paulo](#)
- 🐾 [CÁRMEN LÚCIA ASSUME TSE COM DESAFIO DE PACIFICAR RELAÇÃO COM SENADO – Folha de São Paulo](#)
- 🐾 [GOVERNO LULA CITA DEFESA DA HONRA E IMAGEM EM AÇÃO CONTRA DESINFORMAÇÃO SOBRE TRAGÉDIA DO RS – Folha de São Paulo](#)
- 🐾 [PREFEITOS EM BRASÍLIA PELA DESONERAÇÃO AMPLIADA – Correio Braziliense](#)
- 🐾 [GOVERNO TEM MARGEM PEQUENA PARA MANOBRA DE GASTOS – Correio Braziliense](#)
- 🐾 [SUCESSO E FRACASSO – Correio Braziliense](#)
- 🐾 [SOCORRO AO RS PODE TER IMPACTO DE R\\$ 118 BI NA DESPESA PRIMÁRIA – Valor Econômico](#)
- 🐾 [SISTEMA DE PAGAMENTO PREVISTO NA REFORMA DIFICULTARÁ A SONEGAÇÃO – Valor Econômico](#)
- 🐾 [BANCOS DEVEM PARTICIPAR DA CRIAÇÃO DO ‘SPLIT PAYMENT’ – Valor Econômico](#)
- 🐾 [DESTAQUES – Valor Econômico](#)
- 🐾 [RISCOS NA NOVA REGULACÃO DOS AGROTÓXICOS – Valor Econômico](#)
- 🐾 [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 20.05.2024 – PÁG. 03

Sustentabilidade é dever de todos

Felicíssimo Sena



Em 2023, a Organização das Nações Unidas (ONU), com a respeitabilidade que tem, admitiu um futuro ambiental catastrófico. No Brasil, o cenário é preocupante na medida em que o avanço do aquecimento que nos alcança, vem causando danos antes pouco experimentados. Exemplo disso é a terrível enchente no Rio Grande do Sul, com um cenário de terra arrasada, que repete situação similar vivida em data recente, repetição essa que nos intimida ainda mais.

A cidade de Porto Alegre e outras da região, sofrem a maior enchente de suas histórias. O rio Guaíba e seus afluentes ultrapassaram a marca de 5 metros na madrugada de sábado (04/05), superando o recorde de 1941, conforme dados disponíveis na Rede Hidrometeorológica Nacional. Ao verificar os dados do Ministério do Meio Ambiente, constata-se o aumento no número de catástrofes 'naturais' no Brasil, como o recente deslizamento nas encostas da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. A situação se agrava considerando os recordes de eventos climáticos extremos, seja pela excessiva quantidade de chuvas, seja pelas temperaturas crescentes, tudo decorrente de ações humanas sem o devido

cuidado.

Alguns passos importantes foram dados nos últimos anos. Um desses avanços veio do Acordo de Paris, em que o governo brasileiro se comprometeu a reduzir a emissão dos gases de efeito estufa em 37% até 2025, reduzindo 43% até 2030, considerado o nível de emissão em 2005, o que precisa cumprir. Não se desconhece a importância dos acordos climáticos a nível global, mas esses não podem servir apenas de base para discursos demagógicos em prejuízo da cadeia produtiva. São necessárias medidas que respeitem, a um só tempo, a necessidade de produzir e o equilíbrio climático.

Também, não se pode impor a determinado setor da atividade econômica a responsabilidade que é de toda população do mundo. É preciso que a sociedade, como um todo, crie práticas sustentáveis, sem perder a eficiência e se possível, aumentando a produtividade, como o setor agrícola brasileiro tem feito, com sabedoria, sem embargo da necessária correção de eventuais descuidos. No Brasil, as políticas públicas se revelam adequadas para certos objetivos e devem ser aplicadas com práticas sustentáveis. A título de exemplo, o Plano Safra pode e deve ser aprimorado e estimulado para que a agricultura familiar e mesmo os grandes produtores, consigam implementar e manter nessa atividade produtiva, mecanismos eficientes de preservação ambiental.

Por outro lado, precisam ser desenvolvidas técnicas para viabilizar as políticas públicas a fim de estimular empresários e consumidores a produzir e adquirir bens e serviços resultantes de ações efetivas de cuidado e proteção ambiental, sem os exageros dos radicalismos unilaterais que não levam em conta a crescente

demanda de alimentos para satisfazer a necessidade de uma população que se multiplica em quantidade e em exigências.

Até que isso ocorra, continuaremos convivendo com os fenômenos climáticos que cobram práticas eficazes de geração de riqueza limpa que contribua para a sustentabilidade, evite, ou diminua muito a reincidência de fenômenos naturais cujas causas são conhecidas, nem sempre próximas e tampouco evitáveis, depois de gerados os fatores que os motivam. Agora, sejamos solidários com nossos irmãos gaúchos.

JORNAL – O POPULAR – 20.05.2024 – PÁG. 18

A esperança parece submersa

Adalberto de Queiroz

De volta a Goiás, depois de quase dois meses na China, temos despertado sob a inspiração de manhãs iluminadas e azuis típicas do mês de maio em nossa terra. Porém, esse brilhante céu azul pouco ameniza o choque que nos causam as notícias do Rio Grande do Sul, onde passei parte da minha juventude. Diante da inabilidade constante do Estado em prevenir e lidar com as crises, resta ao povo se unir, encontrar soluções paliativas e manter-se unido em sua fé, seus valores e crenças para reconstruir o que está perdido. Nos momentos de provação como essa, a fé remove as montanhas e ilumina o que parece escuro e sem saída.



Sei que a crônica é nada diante da vida e que as palavras são inúteis diante dos estragos da chuva que engole vidas, destruindo casas, propriedades, animais e lavouras, massacrando ou sacrificando o pampa gaúcho. Ainda assim, é nas palavras que encontro minha tábua de salvação. A poesia do momento presente me transmite uma forma de combate à sombra, uma guerra ao lado dos anônimos afogados. A palavra e a fé me garantem que os anjos não dormem e protegem os mais desvalidos pelo País afora, e motiva os voluntários que trabalham nos resgates durante a tragédia, unindo o País como nenhum político jamais o faria.

Um post do poeta e contista José Francisco Botelho traduz bem o espírito combativo do gaúcho, que, ao comunicar aos seus leitores estar em segurança, dizia também: "Consegui falar com meu pai, por telefone: quase 80 anos de idade, com o fêmur quebrado, numa clínica lotada, sem água nos banheiros, cercado pela enchente, preso em uma cidade em colapso, ao saber que vem mais chuva, disse: Combateremos à sombra. Meu pai é o Rio Grande do Sul".

As tragédias não são raras na nossa vida. Em 1624, o poeta metafísico inglês John Donne escreveu as *Devoções para Ocasões Emergentes*, já gravemente enfermo após três ondas da Grande Peste que devastou a capital inglesa de sua época. Seu livro contém uma das mais célebres páginas da poesia inglesa: "Nenhum homem é uma ilha, inteiramente isolado; todo homem é um pedaço de um continente, uma parte de um todo. Se um pedaço de terra for levado pelas águas a Europa fica diminuída; a morte de qualquer homem me

diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não pergunte por quem os sinos dobram; eles dobram por ti".

Essas reflexões e rezas inspiraram o escritor cristão norte-americano Philip Yancey a escrever, durante pandemia da Covid 19, o livro *Companhia na Crise* com conselhos práticos de como lidar com uma calamidade de proporções planetárias sem perder a sanidade e a fé, "aceitando como uma questão de fato que o sofrimento era verdadeiramente o megafone de Deus". O livro tornou-se "um guia que pode ajudar-nos a enfrentar nossos próprios medos e confusão em meio a uma crise, e ao mesmo tempo encontrar saídas através dela".

A dor ressoa também nos versos do poeta baiano João Filho, quando ouvimos dobrar os sinos por nossos irmãos gaúchos, como no poema *Reza XXXIX*. Ali, a água que une e separa, que purifica e destrói é a mesma que move os versos:

"Não sei o que Ele quer, mas choraremos. A esperança parece submersa. Aqui, o mundo naufragou, é menos, e alguns tornam a morte mais perversa (não há pântanos piores que os de dentro). O cenário é de guerra. E o mal tem pressa. Mas à sombra ou ao sol combateremos, o respiro menor nos interessa. Podem quebrar o fêmur da querência, cercá-la com enchentes e colapsos, já foi dito -- o chão chora, mas aguenta. O dia dói. A noite é só pavor, na escuridão das águas é mais apto: quanto mais sacrifício mais amor".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 20.05.2024 – PÁG. A2

Armas em queda

Porte, expandido sob Bolsonaro, diminui, mas processo é lento e há resistências



O número de novos registros de armas de fogo no Brasil para defesa pessoal caiu de 5.676 em 2022 para 2.439 em 2023 —uma queda de 57%, segundo o Anuário da Justiça Brasil 2024 do Conjur. Mas, embora seja significativa e bem-vinda, a redução enfrenta percalços.

Em abril, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei complementar que permite que estados legislem sobre porte de armas. A medida, pendente de decisão final, representa retrocesso temerário. Reverter o armamentismo nefasto vigente sob Jair Bolsonaro (PL) requer, ademais, dismantlar o arcabouço normativo e institucional que flexibilizou a posse de armas por civis. O número desses artefatos nas mãos dos cidadãos mais que dobrou entre 2019 e 2022 —alta de 116%.

O aumento da circulação de armas alimenta o crime organizado. Durante o governo Bolsonaro, 5.200 condenados pela Justiça conseguiram obter, renovar ou manter o registro de Caçadores, Atiradores e

Colecionadores (CACs). No dia 15, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Exército cancelasse as permissões de CACs a condenados ou com mandados de prisão em aberto.

Outro ponto relevante é a transferência da fiscalização de CACs, clubes de tiro e lojas de armas do Exército para a Polícia Federal, cujo prazo é janeiro de 2025. O governo federal precisa acelerar o processo. Além disso, a indústria armamentista tenta justificar a expansão do uso dos produtos. Em artigo no Correio Braziliense, o Presidente da Associação Nacional da Armas e Munições, Salesio Nuhs, argumentou, com base em recortes de dados, que os dispositivos apreendidos nas mãos de criminosos seriam na maioria importados.

Mas, apesar do crescimento da importação de armas, o preço e a disponibilidade dos artigos nacionais impulsionam a comercialização, inclusive entre criminosos. É ilusória a divisão entre mercados legais e ilegais. Apesar dos desafios, a queda da circulação de armas na sociedade, aliada ao fortalecimento de estratégias de inteligentes em segurança pública, é o melhor caminho para garantir paz.

O Congresso está cego?

Mesmo com um estado embaixo d'água, tramitam 25 Projetos de Lei que agridem normas ambientais

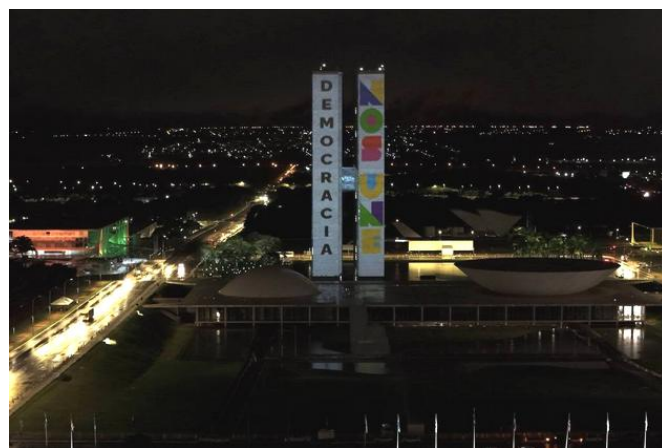
Ana Cristina Rosa

Há mais de 20 dias o Rio Grande do Sul, meu estado natal, está debaixo d'água em razão de um dos maiores desastres naturais do Brasil. O rastro da destruição se compara a cenas de guerra. As implicações materiais são visíveis a olho nu. Contudo, a tragédia não se mostrou suficiente para sensibilizar o Congresso Nacional, onde tramitam 25 Projetos de Lei (PL) que agridem normas ambientais.

Tem PL para reduzir a reserva legal na Amazônia (o pulmão do mundo); eliminar a proteção dos campos nativos e outras formações não florestais; flexibilizar normas de regularização fundiária; admitir a exploração mineral em unidades de conservação; anistiar desmatadores; esvaziar o poder de fiscalização do Ibama; e por aí vai...

É importante lembrar que a tragédia gaúcha não é um fato isolado. Pelo menos 73% da população brasileira vive em municípios sujeitos a sofrer efeitos de eventos climáticos, conforme nota técnica da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento, do governo federal.

Em 2023, o país bateu recorde de desastres naturais decorrentes da combinação de fatores climáticos, intervenção humana na natureza e irresponsabilidade na gestão pública —especialmente por governadores e prefeitos. Tudo potencializado pelo inegável fenômeno do aquecimento global. A sociedade civil está mobilizada. E, num suspiro de lucidez, o Senado aprovou na semana passada projeto de lei criando diretrizes



para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas. É importante, mas não o suficiente diante da alienação do Congresso Nacional frente à nova realidade do planeta.

A gravidade da crise climática exige mudança de mentalidade que resulte em medidas efetivas e duradouras de proteção ambiental. O que requer o comprometimento dos representantes eleitos para defender os interesses do povo. Falta o quê para que a estupidez e a ganância sejam vencidas? Se não for pelo espírito republicano, que seja pelo senso de autopreservação.

A política da culpa: da pandemia às inundações no RS

A polarização afeta a onda de solidariedade e a janela de atenção nos dois eventos

Marcus André Melo

Desastres naturais afetam a popularidade de governantes: o sentimento negativo gerado contamina sua avaliação como argumentei aqui. Logo após o evento, surge uma onda de solidariedade com as autoridades (no jargão, o rally round the flag), ao que se segue certa fadiga e insatisfação.



Os desastres criam uma janela de atenção sobre quem está no poder que é muito arriscada. O comportamento oportunista em contextos de comoção gera custos e qualquer vacilo ou frase mal-empregada terá efeitos cataclísmicos. Muitos presidentes, ex. George W. Bush após o furacão Katrina, naufragam. Mas há alguns casos de desempenho heroico que alavancam a popularidade.

Lula tem sido pródigo em declarações e ações desastrosas. A nomeação de Paulo Pimenta como Ministro-chefe da Secretaria de Reconstrução do RS sugere hiperpolitização e instrumentalização da tragédia. A polarização potencializa os efeitos citados que as pesquisas identificaram para tempos normais: ela encurta, mas não elimina a onda de solidariedade. Nos grupos polarizados o viés de confirmação é alto: enxerga-se o desempenho em função das preferências políticas.

O paralelo com a pandemia de Covid-19 é ilustrativo. Vimos a onda de solidariedade na sua primeira fase, mas Bolsonaro foi um dos poucos governantes que não se beneficiou dela por suas declarações estapafúrdias ("é uma gripezinha", "não sou covão"). A janela de atenção que se abriu expôs também sua inépcia e a de auxiliares mas permitiu que os custos fossem parcialmente mitigados com a inflação de auxílios oportunistas (Auxílio Brasil, Taxista etc). Assim o saldo da pandemia foi negativo. Sim, os governantes mais eficientes perderam eleições (Piñera, Johnson, Bibi).

As relações federativas foram diferentes. Antes da invenção da vacina, tínhamos 27 pandemias: a responsabilização política estava fragmentada nos estados e municípios. Nesta fase os governantes do

Nordeste e Norte eram culpados (pela corrupção e baixa capacidade institucional) pelo impacto devastador na região, enquanto o Sul ainda não havia sido alcançado. A invenção da vacina (e sua aquisição pelo governo federal) mudou a dinâmica, federalizando a responsabilização.

Na calamidade gaúcha o impacto não se estende a outros estados e a responsabilização permanecerá em maior grau no próprio estado. Os beneficiários estão concentrados no estado. Sim, a magnitude fiscal colossal da tragédia nacionaliza a responsabilização. Os custos serão difusos para o país: de onde virão os recursos? A solidariedade tende a arrefecer paulatinamente. E a tensão entre governador e presidente (e seu interventor local). Provavelmente ambos perderão.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 20.05.2024 – PÁG. A3

Ações para a cidadania

A construção de laços de confiança é a base para uma sociedade mais solidária

Maria Alice Setubal (Neca)

Testemunhamos casos de guerras, violências, feminicídios e racismo diariamente. Em quase todos eles, inúmeras vozes nas redes sociais prontamente assumem posicionamentos com verdades absolutas a favor ou contra o fato em questão, de forma pouco embasada em dados e, muitas vezes, difundindo fake news.

Esse fenômeno não é apenas brasileiro, mas aqui ele veio à tona especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro, quando vimos um país que se reconheceu mais conservador porque emergiu também portando armas e negando a mudança climática. Uma das consequências desse Brasil dividido é que todos os temas geram polêmicas, das enchentes no Rio Grande do Sul ao show da Madonna —para nos atermos a assuntos de momento, causando enorme cansaço e desgaste na sociedade em geral.



Felipe Nunes, em "Biografia do Abismo", afirma que estamos num país calcificado na medida em que nossas discussões, gostos, amigos e festas estão classificados sob o eixo ideológico de uma visão de mundo. E é nesse país dividido e, talvez, majoritariamente conservador nos costumes e crenças, que me pergunto inúmeras vezes: como podemos ser tão solidários nos casos emergenciais das catástrofes como a que estamos assistindo diariamente no Sul, assim como fomos durante a pandemia, e, ao mesmo tempo, sermos uma sociedade tão indiferente às violências ocorridas contra os direitos das mulheres, das pessoas negras, da comunidade LGBTQIA+, da população em situação de rua e pobre?

Sem dúvida, o fato de que, nos momentos de catástrofes, as pessoas reconhecem as várias formas de doação e ação para fazer a diferença de forma imediata traz satisfação e sensação de fraternidade, que mobiliza e



CLIPPING

DATA
20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

engaja. Análises sociológicas e pesquisas de opinião tentam elucidar esse fenômeno da desconexão da maioria dos brasileiros com a dura realidade da nossa sociedade, por meio de diferentes explicações. Uma delas é o fato de sermos muito individualistas, personalistas, um país com baixo nível de confiança na sociedade de cidadania. Por outro lado, estudos têm apontado uma maior movimentação nas ações solidárias individuais no Brasil e também um aumento das doações nas organizações da sociedade civil.

Segundo a terceira edição da Pesquisa Doação Brasil, iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e realizada pela Ipsos, em 2022 84% dos brasileiros adultos e com rendimento familiar superior a um salário mínimo fizeram ao menos um tipo de doação (dinheiro, bens ou tempo). Dois anos antes, o percentual era 66%. O valor médio dos recursos doados também passou de R\$ 200, em 2020, para R\$ 300 em 2022.

A construção de laços de confiança é a base para uma sociedade mais solidária, mais respeitosa, que reconhece os direitos de cada um e, por isso, mais democrática. Não basta fazermos lindas campanhas na mídia ou experienciarmos um show da Madonna nos convocando a não ter medo de sonhar. A meu ver, por trás da naturalização das violências estão as nossas enormes desigualdades sociais, que corroem e esgarçam o tecido social, impedindo uma maior coesão e criação de vínculos.

É urgente que possamos refletir sobre como enfrentar as desigualdades sociais brasileiras por meio de políticas públicas estruturantes e com legislação de reforma tributária progressiva e, ao mesmo tempo, com ações duradouras de filantropia e solidariedade para todo o Brasil. As fundações e institutos podem e devem arriscar mais na direção de apoios a projetos mais estruturantes e de territórios que apoiem a infraestrutura e as populações periféricas. Precisamos mudar a realidade das favelas e periferias. É preciso expandir o senso de colaboração das emergências, como no caso do Rio Grande do Sul, para ações de mudança planejadas e compartilhadas coletivamente. Cidadania não é discurso: é ação.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 20.05.2024 – PÁG. A4

Cármem Lúcia assume TSE com desafio de pacificar relação com Senado

Bolsonaristas elogiam maior discrição de ministra em relação a Moraes e citam atributos como seriedade

José Marques / Thaísa Oliveira

A ministra Cármem Lúcia iniciará sua segunda passagem pelo comando do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em um ponto crítico da relação entre a corte e o Congresso, com possibilidade de cassação de senadores e da contraofensiva patrocinada pelo Senado ao Judiciário. A partir do começo de junho, Cármem irá suceder o ministro Alexandre de Moraes, que preside o TSE desde 2022. O tribunal tem presidência rotativa entre os membros do STF (Supremo Tribunal Federal), e a ministra deve ficar à frente dele até meados de 2026.

Nos últimos meses, Moraes tem tentado pacificar a relação com os senadores com acenos ao Legislativo em decisões da corte e, também, ampliando a interlocução com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Embora os ataques de bolsonaristas ao Judiciário sejam mais direcionados ao STF, é o TSE que tem a

atribuição de tomar decisões que influenciam diretamente nos mandatos políticos —como o julgamento de ações que podem levar à perda dos cargos e a convocação de novas eleições.



Nas últimas semanas, Pacheco teve conversas com Moraes com o objetivo de evitar que a corte retirasse o mandato de dois senadores sob risco de cassação: Jorge Seif (PL-SC) e Sergio Moro (União Brasil-PR). Nas conversas, Pacheco pediu a Moraes que ambos fossem tratados pelo tribunal como senadores eleitos por seus estados, e não como militante bolsonarista (no caso de Seif) ou ex-juiz da Operação Lava Jato (no caso de Moro).

O diálogo tem dado resultados. No último dia 30, o TSE suspendeu o julgamento de Seif. O relator, ministro Floriano de Azevedo Marques, pediu a produção de mais provas sobre o caso e paralisou a análise do processo. Floriano foi indicado ao TSE por Moraes e seu voto foi interpretado como uma forma de reduzir o atrito com o Congresso, apoiado pelo presidente do tribunal. O ministro também é relator do processo contra Moro e deve apresentar seu voto na próxima semana.

Outro aceno de Moraes veio na decisão que liberou os perfis nas redes sociais do senador Marcos do Val (Podemos-ES) após quase um ano de suspensão. Segundo interlocutores, Moraes ligou para Pacheco para comunicar o desbloqueio. Apesar dos posicionamentos progressistas que marcaram a trajetória de Cármen Lúcia, bolsonaristas elogiam a discrição e a competência da ministra. Adjetivos como preparo e seriedade também foram usados pelos parlamentares para descrevê-la.

"Nós esperamos que ela seja isenta, que pratique a lei. Quem tiver a culpa, que pague sua culpa. Mas que não veja a sociedade com olhar vesgo, zarholo, desequilibrado", diz Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado. "O que a gente espera é que não haja mais a fulanização do processo; um único espectro ideológico dentro do embate político renhido. Só esse espectro ideológico infringe a lei? Só ele é acusado de notícias falsas? Me parece uma coisa desproporcional, desequilibrada."

A magistrada tem dito que sua gestão será marcada pelo combate à desinformação nas eleições municipais deste ano —provavelmente o ponto alto de sua presidência, já que o ministro Kassio Nunes Marques, atual vice-presidente, estará à frente da Corte no pleito de 2026. Antes disso, porém, a pacificação iniciada por Moraes será testada no âmbito do processo aberto para investigar notícias falsas relacionadas à tragédia no Rio Grande do Sul. Cármen Lúcia foi sorteada relatora do caso no Supremo.

Um dos alvos do pedido do governo federal é o senador Cleitinho (Republicanos-MG), que compartilhou a informação de que caminhões com doações estavam sendo barrados pelo governo gaúcho por falta de nota fiscal. Durante a semana, o bolsonarista se defendeu na tribuna do Senado e recebeu o apoio de Pacheco. "Estamos muito convencidos de que vossa excelência não praticou ilícito algum na abordagem que fez em relação a esse tema", disse o presidente. A oposição tem recorrido a uma metáfora do futebol para falar do

Judiciário. Um senador diz que árbitro bom é aquele que passa despercebido em campo durante a partida. A composição do plenário do TSE também reduz a força de Cármen para tomar decisões com potencial de irritar essa ala do Senado.

Com a saída de Moraes, o ministro André Mendonça, que foi indicado por Bolsonaro, se tornará titular do TSE. A terceira vaga destinada aos integrantes do STF é justamente a de Nunes Marques, igualmente indicado pelo ex-presidente da República. Os dois ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que compõem o TSE também são vistos como conservadores: Raul Araújo, o corregedor do tribunal, e Isabel Gallotti.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 20.05.2024 – PÁG. A8

Governo Lula cita defesa da honra e imagem em ação contra desinformação sobre tragédia do RS

Pedido é de direito de resposta; precedentes do STJ já negaram dano moral ao poder público por ofensas

Renata Galf

A AGU (Advocacia-Geral da União), órgão que representa o governo juridicamente, alegou ofensa à honra e à imagem da União em ação em que pede direito de resposta por desinformação sobre a atuação do poder público em meio à tragédia no Rio Grande do Sul (RS). A fundamentação consta na peça ajuizada contra o influenciador e coach Pablo Marçal, devido a vídeos com declarações dele de que as Forças Armadas não estariam prestando auxílio no estado ou que estariam atuando de forma ineficiente.



A ação foi feita por meio da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, braço da AGU criado no governo Lula sob a justificativa de coibir desinformação. À frente da AGU está o advogado-geral da União, Jorge Messias. Especialistas consultados pela Folha avaliam, em linhas gerais, que a argumentação de defesa da honra de ente público é problemática e que, caso ela seja acatada pelo Judiciário, poderá abrir precedente ruim para a liberdade de expressão.

Segundo a AGU, Marçal "causou danos à honra objetiva e à imagem de órgão da União, tendo abusado do direito à liberdade de expressão". A AGU argumenta que, apesar de historicamente esses direitos fundamentais "se relacionarem com os direitos do cidadão em face do poder público", essa interpretação teria sido ampliada pela doutrina, passando a abarcar pessoas jurídicas. Na sequência, para sustentar que tais direitos se aplicam não apenas a pessoas jurídicas de direito privado, como empresas, mas também ao poder público, a peça da AGU cita uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em que foi reconhecida a possibilidade de indenização por danos morais ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).



CLIPPING

DATA

20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O precedente citado, entretanto, envolvia uma fraude de valores vultuosos. Na decisão, inclusive, os magistrados fazem uma diferenciação do caso analisado frente aos anteriores. Um deles envolvia, por exemplo, ação indenizatória de município por programas de rádio e TV locais que faziam críticas ao governo da cidade. "Nesses precedentes estava em jogo a livre manifestação do pensamento, a liberdade de crítica dos cidadãos ou o uso indevido de bem imaterial do ente público", diz o acórdão do STJ. Segundo a corte, entendimento contrário "constituiria subversão natural dos direitos fundamentais".

Na representação da AGU são transcritos dois trechos de falas de Marçal reproduzidas em dois links em perfis de terceiros. "Eu num (sic) entendo é porque um empresário sozinho tem mais helicóptero lá do que a Força Aérea Brasileira. Até agora não entendi o que é que esse presidente tá fazendo", diz o coach em um deles.

No outro trecho, ele afirma que "gente que tem Exército na mão, gente que tem navio de guerra, não dá conta de fazer nada", repete então que um empresário sozinho enviou mais aeronaves que a FAB e que é "civil salvando civil". No texto que o órgão sugere que deveria ser publicado por Marçal constam, entre outros itens, informações sobre a quantidade de aeronaves, viaturas, lanchas, botes e outros equipamentos empregados pelas Forças Armadas no RS.

"Não condiz com a realidade a omissão atribuída às Forças Armadas brasileiras no enfrentamento emergencial aos danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, assim como os números de helicópteros e aeronaves disponibilizados especificamente pela Força Aérea Brasileira", prossegue. Ana Laura Pereira Barbosa, pesquisadora da FGV Direito SP e professora de direito da ESPM, ressalta que a liberdade de expressão não é irrestrita. Ela entende, entretanto, que presumir que entidades do poder público tenham direito a honra não é uma boa forma de lidar com desinformação.

"Quando o STJ lidou com casos relacionados a manifestação de opiniões pelos indivíduos, ele entendeu que não existia um direito à exigência de indenização por danos morais por parte de pessoas jurídicas de direito público", diz Ana Laura, que destaca que o caso do INSS foi estabelecido de forma excepcional e conectada a consequências ao patrimônio do órgão.

Carlos Affonso Souza, advogado e diretor do ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade), avalia que, como os precedentes do STJ tratavam de indenização, ao pleitear apenas direito de resposta, a AGU poderia estar buscando se distanciar um pouco desses casos. Ele vê com receio uma eventual banalização deste tipo de ação. "Na maior parte das vezes, vai estar se falando de uma situação de desequilíbrio de forças entre um particular e o poder público", diz.

Anderson Schreiber, que é advogado e professor de direito da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e da FGV Direito Rio, defende que, em tese, seria possível pleitear direito de resposta em determinadas situações, mas é crítico do fundamento na honra. "Acaba gerando uma impressão de que o problema é criticar o poder público. O problema não é criticar o poder público. O problema é atribuir fato objetivamente falso ao poder público", diz.

Na ação contra Marçal, a AGU argumenta que a extensão do direito à imagem e honra objetiva às entidades do poder público seria compatível com a natureza delas, por representarem "os interesses de toda a coletividade de pessoas, verdadeira titular desses direitos". "Não se pode negar à sociedade (ente público) o

direito ao correto entendimento de suas ações, à respeitabilidade de suas instituições, à veracidade das informações acerca de seus atos, ou seja, o direito à boa reputação do poder público", diz.

O órgão diz ainda que Marçal "extrapola a liberdade de crítica e opinião, tendo em vista que, de forma intencional, descontextualiza os fatos". Para justificar tal ponto, entretanto, diz apenas que "a intencionalidade da disseminação da desinformação está evidenciada sobretudo diante da prestação de informação oficial pela FAB, em seu sítio eletrônico".

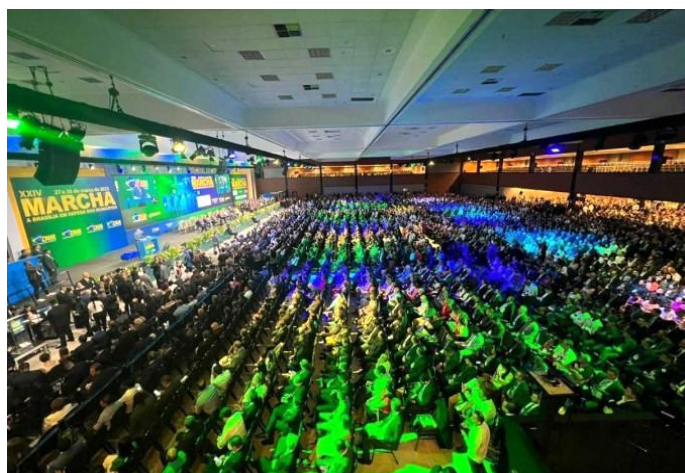
Ivar Hartmann, professor de direito do Insper, considera ruim que o órgão cite desinformação, mas não explique qual conceito está utilizando, dado que não há definição na legislação brasileira. Assim como os demais especialistas consultados, ele vê como insuficiente a simples menção à existência de site do poder público para comprovar a intencionalidade no ato de disseminar uma informação falsa. "Uma questão crucial em relação à própria prática de desinformação é o conhecimento sobre a falsidade", diz Hartmann.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 20.05.2024 – PÁG. POLÍTICA

Prefeitos em Brasília pela desoneração ampliada

Chefes de Executivos municipais de todo país chegam para marcha em Brasília com proposta de universalizar tabela de reoneração gradual da folha dos municípios

Ândrea Malcher



A 25ª Marcha dos Prefeitos, em Brasília, que começa nesta segunda-feira (20/5) e se estende até quinta-feira (23/5), vai priorizar o debate sobre a desoneração da folha de pagamento dos municípios com até 156 mil habitantes. Governo e Senado anunciaram um princípio de acordo, mantendo para 2024 a alíquota de 8%, estabelecida pela Lei que prorrogou o benefício até 2027, mas que foi judicializada pela Advocacia-Geral da União (AGU) sob a justificativa de que não há previsão de impacto nem medidas de compensação fiscal, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A ideia é que a reoneração das prefeituras e dos 17 setores da economia seja feita de forma gradual ao longo dos próximos anos, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a dinâmica ainda será debatida no Congresso. Fontes ligadas ao autor do projeto de lei (PL) que materializa o acordo, senador Efraim Filho (União-PB), informaram ao Correio que há propostas em discussão que podem contemplar as demandas dos dirigentes municipais e que devem ser debatidas durante esta semana, em Brasília. Entre elas, estender para todas as cidades o calendário da reoneração gradual.



CLIPPING

DATA
20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A desoneração da folha de pagamento é um mecanismo estabelecido em 2012 para substituir a contribuição previdenciária patronal sobre os salários. A medida foi criada como um estímulo aos setores de mão de obra intensiva e como amparo aos municípios menos populosos. Antes, as empresas contribuíam com 20% da folha de salários, percentual que foi substituído por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. No caso das prefeituras, a desoneração diminuiu os impostos sobre a folha, de 20% para 8%. Aprovada no ano passado, a lei que prorroga o benefício foi alvo de veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na semana passada, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e lideranças municipalistas se reuniram com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para tratar da questão. Inicialmente, os prefeitos se articularam para apresentar as demandas por meio de uma alteração, protocolada por Alessandro Vieira (MDB-SE), à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2024, que trata da renegociação das dívidas previdenciárias dos municípios.

Transição

A emenda prevê um escalonamento da alíquota de 8% em 2024, ampliando para 10%, em 2025; 12%, em 2026; e 14% a partir de 2027. Além disso, o desejo dos municípios é que o benefício seja estendido a todas as prefeituras. Ao Correio, o secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, garantiu que há um consenso entre as entidades municipalistas na contraproposta apresentada. Ele acredita que o meio-termo que Efraim busca costurar com as prefeituras para a redação da matéria terá essa contraproposta como ponto de partida.

Na sexta-feira (17/5), a FNP encaminhou um ofício à Fazenda em que avalia o limite populacional para a desoneração como "flagrantemente injusto e inconstitucional, pois fere o princípio da equidade".

"Para cidades de até 156 mil habitantes, é ótimo que esse acordo aconteça. Porque essas cidades, de fato, merecem essa desoneração que já estava ocorrendo desde janeiro, e a situação fiscal dos municípios é muito complexa. Agora, permanece ainda uma dúvida em relação aos municípios acima de 156 mil habitantes. Nós temos 29 municípios com população maior que estão no regime geral e, desde o início desse debate, a FNP tem se posicionado no sentido de que a medida deve atender a todos os municípios do regime geral. Qualquer recorte populacional que se estabeleça não é justo. Não dá mais para tratar municípios populosos como necessariamente municípios ricos, e municípios menos populosos como municípios pobres. Todos conhecemos muitas cidades populosas e muito pobres", pontuou Perre.

Urgência

O objetivo das lideranças no Senado é votar em plenário, nesta semana, a urgência na tramitação do projeto, que, dessa forma, não precisaria passar por comissão temática. Se os parlamentares ajudarem, o próprio texto do acordo também pode ir a voto nos próximos dias. O problema é que, ainda que o texto de Efraim tenha sido protocolado, o conteúdo contempla apenas o impasse em relação aos setores produtivos. Em reunião na quinta-feira passada entre Rodrigo Pacheco, Fernando Haddad e Alexandre Padilha, ficou acertado que ambos os temas tramitariam em um único texto.

No quesito das medidas compensatórias, a contraproposta prevê pontos, como a revisão de programas de benefícios por incapacidade; a isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para aposentados com moléstia grave ou invalidez; avaliação para isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para pessoas com deficiência; entre outros itens. "A desoneração é essencial para o momento que estamos vivendo. Se tem 90% acordado, vamos acertar os 10% que estão faltando", disse Ziulkoski.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 20.05.2024 – PÁG. ECONOMIA

Governo tem margem pequena para manobra de gastos

Vinculação e pouca revisão de despesas são responsáveis pelo engessamento do Orçamento, segundo analistas

Rosana Hessel

As projeções macroeconômicas da equipe econômica no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, denominado PLN 3/2024, no Congresso Nacional e que mudou as metas fiscais, são mais otimistas do que as do mercado e ajudam a mascarar um problema constante no Orçamento: o pouco espaço para gastos emergenciais, como o socorro ao Rio Grande do Sul — que precisou ficar fora do limite de gastos para não estourar a meta fiscal.



Os parâmetros do PLDO consideram um crescimento de 3% no Produto Interno Bruto (PIB) e taxa básica da economia (Selic) em torno de 7% nos próximos anos e, segundo analistas, é muito pouco provável que essas previsões se concretizem. Eles lembram que, devido à piora do quadro fiscal neste ano, o Banco Central reduziu o ritmo de cortes dos juros e as novas apostas indicam Selic de 10%, no fim deste ano, e avanço do PIB em torno de 2% a partir deste 2024. As projeções ainda não incluem o impacto da tragédia no Sul do país, e, conforme dados do Ministério da Fazenda, o estado sulista tem um peso em torno de 6,5% no PIB nacional.

O Orçamento engessado, com despesas obrigatórias representando mais de 90% do total de gastos previstos, restando menos de 10% para as discricionárias — que podem ser objeto de corte para o ajuste fiscal ou reservas emergenciais — é um problema, segundo especialistas. Além disso, eles destacam que o PLN 3/2024, protocolado no Congresso no mês passado, prevê uma economia de despesas muito modesta, e, por isso, o mercado financeiro vem exigindo mais prêmio de risco nos títulos públicos — utilizados para cobrir os rombos das contas públicas.



CLIPPING

DATA
20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
15 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Ajuste difícil

O ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria, reforça que está cada vez mais difícil para os governos fazerem ajustes nos gastos, porque o Orçamento está muito engessado e com despesas vinculadas com a receita. "Em geral, nos outros países os governos têm menos de 50% de despesas obrigatórias, mas, aqui, elas somam mais de 90%", compara o economista.

Nóbrega reconhece que, atualmente, as despesas obrigatórias dos Estados Unidos e do Reino Unido, por exemplo, estão perto de 70%, mas ainda é possível fazer escolhas e investir para prevenir contra desastres climáticos ou guerras. "No Brasil, isso é impossível. O país não tem mecanismos para enfrentar contingências e fazer reservas contra desastres naturais, mas obriga a vinculação de despesas de educação e de saúde com a receita, o que é uma tristeza, porque isso tem apoio majoritário na sociedade", destaca.

Na avaliação do ex-ministro, será preciso rediscutir essa questão das vinculações e o governo também precisa lidar realmente com a melhora do gasto público, pois começa a não fazer mais sentido a vinculação dos gastos com educação se não há mais o bônus demográfico e a população está envelhecendo. Em breve, será preciso investir mais em saúde do que em escolas. "A velha discussão da desvinculação vai voltar, quando houver mais questionamentos sobre a qualidade do gasto diante da mudança demográfica. Existem prefeituras no Rio Grande do Sul que são obrigadas a gastar 25% dos impostos com educação, mas não têm alunos nas salas de aula e ficam repintando as paredes", ressalta.

O volume de despesas obrigatórias não para de crescer e, por exemplo, a previsão para o Bolsa Família, por exemplo, quintuplicou de tamanho, para quase R\$ 175 bilhões desde o ano passado. Esse valor é quase o mesmo volume previsto de despesas não obrigatórias do Executivo, ou seja, aquelas que podem ser cortadas no Orçamento de 2025, de R\$ 173,1 bilhões. Além do aumento de gastos obrigatórios, muitas vezes sem indicação de receita recorrente, como é o caso da desoneração da folha que teve o veto presidencial derrubado, analistas apontam outro problema que ajuda a piorar o quadro fiscal: a vinculação de despesa às receitas, como os mínimos para a educação e a saúde, e também a vinculação de gastos previdenciários ao salário mínimo, que voltou a ter ganho real, com correção acima da inflação.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, em artigo recente, faz um alerta sobre esse problema da vinculação de despesas. Segundo ele, a desvinculação de despesas ao salário mínimo ou ao crescimento da receita é uma das "medidas essenciais para tirar o governo da rota do endividamento insustentável". Conforme estimativas feitas pelo economista, as despesas do governo federal deste ano poderiam estar R\$ 131,6 bilhões mais baixas se não fossem as vinculações. "Isso faria com que o déficit primário previsto de R\$ 9,3 bilhões se transformasse em um superávit de R\$ 122,3 bilhões (1,1% do PIB)", ressalta.

De acordo com Mendes, o custo fiscal das vinculações crescerá exponencialmente, "em especial nos casos da Previdência e assistência, com o acúmulo de ganhos reais sucessivos do salário mínimo, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), devido aos próximos aumentos da contribuição federal, fixados na Constituição". "Sempre haverá argumentos a favor das vinculações de despesas, principalmente aquelas de grande apelo popular. Isso não afasta a realidade aritmética: as vinculações são causa central do desequilíbrio fiscal crônico."

Diante da mudança das metas fiscais, a secretária estadual de Economia de Goiás, Selene Peres Peres Nunes, reforça que o governo precisa concentrar esforços na qualidade do gasto público. "Essa é uma agenda que



CLIPPING

DATA
20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
16 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ficou parada, e sem resolver problemas novos que surgiram, como essa relação complexa entre Executivo e Legislativo na questão das emendas parlamentares e, agora, as emendas Pix. Muita coisa está sendo consumida com emendas.

Essas são questões que precisam ser endereçadas, e que estão afetando significativamente a capacidade de o governo federal de promover o ajuste fiscal", alerta. Selene Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ainda avalia que o governo perdeu credibilidade ao mudar as metas fiscais no PLDO. "Cada passo desses que você dá é um passo em direção à perda de credibilidade das regras fiscais no Brasil, o que compromete aquele trabalho que a gente fez lá atrás. A regra da LRF continua em vigor, mas esse tipo de atuação vai solapando a regra", lamenta.

Economia tímida

A falta de melhoria na qualidade do gasto público reflete na economia reduzida de gastos no PLDO de 2025. Até 2028, a equipe econômica prevê reduzir R\$ 37,3 bilhões em despesas por meio de medidas buscando melhorar a qualidade do gasto. Desse total, R\$ 9,2 bilhões estão previstos para o próximo ano. A revisão de despesas com benefícios previdenciários e de subsídios para financiamento do setor agrícola, o Proagro, são as medidas apontadas no projeto que mudou a meta fiscal e adiou para 2026 a previsão de zerar o rombo das contas públicas — algo que o mercado tem dúvidas se isso vai acontecer até o fim da década.

Ao ser questionado pela reportagem sobre as críticas da falta de mais medidas de ajuste do lado dos gastos no PLDO de 2025, o secretário do Tesouro afirma que "há uma agenda de reformas pelo lado das despesas" e os números previstos ainda são tímidos, porque "não estavam maduros para serem expostos na PLDO, mas serão comunicadas pelo governo a seu tempo". De acordo com Ceron, a mudança na meta fiscal foi um consenso dentro da equipe econômica, porque a alternativa era um esforço "significativo" do lado da arrecadação, em torno de 1% do PIB.

O chefe do Tesouro prevê que a estabilização da dívida pública bruta deverá ocorrer ainda nesta década, entre os anos 2027 e 2028, algo pouco provável para a maioria dos analistas ouvidos pelo Correio. "Na nossa previsão, a dívida se estabilizaria entre 2027 e 2028 e abaixo de 80% do PIB. No ano passado, o mercado errou a estimativa da dívida pública bruta, de 79% do PIB no fim do ano. Fechamos com um pouco mais de 74% do PIB. São cinco pontos percentuais em um ano, de erro de estimativas, mesmo pagando quase 1% do PIB de precatórios. Então, veremos. O ideal é que a dívida se estabilize abaixo de 80%, e é o que estamos batalhando para conseguir", afirma Ceron.

O secretário garante que não houve divergência na equipe econômica sobre a decisão de mudança da meta fiscal no PLDO. "Houve uma compreensão de que, se não mudássemos a meta, seria preciso um pacote de medidas muito agressivo e, hoje, estaríamos discutindo o mercado em pânico. Foi feito um diálogo aberto e transparente para um ajuste que não prejudicasse a trajetória de recuperação fiscal."

Na avaliação de analistas, contudo, a dívida pública bruta deverá continuar crescendo até 2030 e 2032. Conforme estimativas do economista Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e, somente em 2028, a meta fiscal se aproximaria do primário necessário para a dívida começar a se estabilizar. "Com efeito, boa parte do ajuste adicional necessário foi 'empurrado' para o próximo governo. Com o resultado primário permanecendo mais tempo abaixo do nível



CLIPPING

DATA
20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
17 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

mínimo necessário, a dívida/PIB crescerá por mais tempo, partindo de um nível já bastante desconfortável", alerta o economista do Ibre, em artigo publicado após a divulgação do PLDO de 2025.

Inflação

A economista Tatiana Pinheiro, economista-chefe de Brasil da Galapagos Capital, também reconhece que as projeções macroeconômicas do governo são muito otimistas e, se elas realmente se concretizarem, como o crescimento do PIB de 3% e a Selic em torno de 7%, seria possível para o governo estabilizar a dívida, se a inflação continuar comportada e próximo do centro da meta de 3% ao ano. "Com as premissas que o governo colocou no PLDO, seria possível, sim, para o governo conseguir estabilizar a dívida nesta década, mas esse cenário é pouco provável de ser concretizado", afirma. Ela lembra ainda que o mercado tem outras variáveis, como um crescimento de 2% e taxa Selic entre 9% e 10% até o fim do ano. "A inflação não está muito acima da meta, mas precisamos lembrar que, em 2022, quando a dívida pública diminuiu, houve ajuda do imposto inflacionário", afirma.

Tatiana Pinheiro ressalta que o governo anterior, com o comando do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, entregou uma relação dívida/PIB menor, mas não foi porque houve corte de gastos. O que ajudou na redução da dívida em relação ao PIB foi a inflação que elevou o PIB nominal, porque as receitas tributárias também cresceram no ritmo inflacionário uma vez que são indexadas à inflação. "O fato é que imposto inflacionário ajuda na administração da dívida, mas é muito ruim para os mais pobres, porque eles são os mais afetados com a perda do poder de compra", alerta. "Inflação mais elevada ajuda o governo a entregar um resultado primário melhor, mas essa forma de equilibrar as contas não deve ser a almejada, porque ela empobrece a população, principalmente a mais carente."

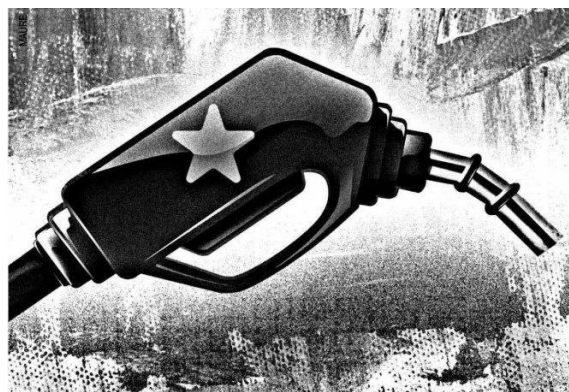
Por isso, de acordo com a economista da Galapagos, é preciso ficar atento aos riscos de um Banco Central mais leniente com a inflação, como defende o atual governo e petistas de carteirinha. "A curto prazo, um BC mais tolerante com a inflação pode não ser danoso para a dívida pública, mas o imposto inflacionário acaba sendo danoso a longo prazo, porque o será preciso subir mais juros no futuro", destaca. Ela reconhece ainda que, neste momento, a dívida atual do mercado é se o Banco Central será mais leniente ou não com a inflação e isso explica o aumento do prêmio de risco na curva longa de juros, "mas isso também não deixa de ser uma discussão fiscal". Não à toa, os títulos do Tesouro indexados à inflação voltaram a pagar mais de 6% ao ano de prêmio de risco para os credores da dívida pública. "O mercado já está apostando em mais inflação", frisa.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 20.05.2024 – PÁG. OPINIÃO

Sucesso e fracasso

Agora, o presidente Lula demonstra sua inclinação a repetir as políticas de seus dois primeiros governos e o de sua sucessora do Planalto. A Petrobras está segurando o preço dos combustíveis para aliviar a inflação e, ao mesmo tempo, favorecer seus candidatos na eleição de novembro

André Gustavo Stumpf



A Petrobras, empresa brasileira de petróleo, impressiona pelo seu tamanho, imenso valor (mais de US\$250 bilhões), importância na economia brasileira e enorme capacidade de ser vítima da ação dos políticos. Seu sucesso é seu fracasso. No governo Lula 2, foi descoberto o fabuloso pré-sal que vai da costa do Espírito Santo até a de São Paulo com cerca de 15 bilhões de barris de petróleo. A descoberta permitiu que o Brasil assumisse a posição de importante exportador de petróleo. As necessidades do mercado interno foram atendidas, mas com o preço internacional.

No governo Dilma, a Petrobras foi para o centro do debate político por motivo inglório. Foi descoberto o rentável esquema de corrupção na petroleira. Diretores admitiram receber fortunas para beneficiar empresas que redistribuíam parte dos lucros para o Partido dos Trabalhadores. Em 2006, a Petrobras pagou 360 milhões de dólares por 50% da refinaria de Pasadena, no Texas. Em 2008, a petroleira brasileira e a empresa belga de petróleo se desentenderam e uma decisão judicial obrigou a Petrobras a comprar a parte de sua sócia. A aquisição da refinaria de Pasadena acabou custando 1,18 bilhão de dólares à Petrobras, mais de 27 vezes o que a Astra teve de desembolsar. Foi o começo da história cabulosa.

A Operação Lava-Jato da Polícia Federal, a partir de março de 2014, apurou um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de R\$ 10 bilhões montante que, atualizado, alcança mais de R\$ 20 bilhões. Até abril de 2014, a operação envolveu 46 pessoas indiciadas pelos crimes de formação de organização criminosa, crimes contra o sistema financeiro nacional, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e 30 foram presas, entre elas o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Pedro Barusco disse que o esquema de pagamento de propinas na Petrobras começou em 1997.

Em 14 de novembro de 2014, foram presos os presidentes e diretores de grandes empresas do Brasil, como OAS, Iesa Óleo e Gás, Camargo Corrêa, UTC Engenharia e Construtora Queiroz Galvão. A força-tarefa da Lava-Jato identificou R\$ 10 bilhões em propinas, recuperou R\$ 870 milhões, bloqueou outros R\$ 2,4 bilhões e prendeu 105 envolvidos no escândalo. Em novembro de 2015, a PF estimou que o prejuízo da Petrobras com corrupção chega a R\$ 42 bilhões, mas somente R\$ 6 bilhões foram divulgados oficialmente pela empresa. A estimativa tem como base laudo da perícia criminal baseado em tabelas que mostram os pagamentos indevidos envolvendo 27 empresas apontadas como integrantes do cartel na Petrobras.

O governo Temer, que sucedeu o de Dilma Rousseff, tratou a empresa como ente privado. Saneou as dívidas, proporcionou ótimos dividendos para os acionistas. A mesma fórmula foi repetida no governo Bolsonaro. Agora, o presidente Lula demonstra sua inclinação a repetir as políticas de seus dois primeiros governos e o de sua sucessora do Planalto. A Petrobras está segurando o preço dos combustíveis para aliviar a inflação e, ao mesmo tempo, favorecer seus candidatos na eleição de novembro. Ele entende que o lucro da empresa deve ser investido em projetos sociais que gerem empregos. O mais conhecido deles é o sonho da indústria naval, que foi tentado várias vezes e virou pesadelo na forma de prejuízos monumentais.

O presidente Lula tem exibido sua face analógica e a dificuldade em se situar no novo cenário globalizado e informatizado. Os novos negócios e os recentes caminhos do comércio internacional modificaram as referências no mundo moderno. Mas os dirigentes do PT ainda não perceberam. O chefe do governo custou a entender que ele precisaria definir uma pessoa para atuar em nome do governo federal no Rio Grande do Sul. Demorou muito. Escolheu o ministro Paulo Pimenta, que se tornou um evidente candidato ao governo daquele estado. Fez o anúncio em comício na cidade de São Leopoldo. O assembleísmo do PT ditou o rumo dos acontecimentos. Politizou o problema.

A substituição de Jean Paul Prates na presidência da Petrobras está dentro da moldura da política petista, que pretende botar a mão nos lucros da empresa. Magda Chambriard, que dirigiu a Agência Nacional do Petróleo durante o governo Dilma, foi funcionária da Petrobras por mais de 20 anos. Conhece bem o assunto e sabe das intenções do presidente Lula. Os presidentes da Petrobras não costumam ficar muito tempo no cargo. Eles estão sempre no meio de interesses multimilionários e da vontade política do partido que está no poder. A substituição na presidência da Petrobras é apenas mais um capítulo na luta entre acionistas privados e o governo federal. O perigo é que os dois terminem perdendo dinheiro e o cidadão brasileiro pague o prejuízo ao final.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 20.05.2024 – PÁG. A4

Socorro ao RS pode ter impacto de R\$ 118 bi na despesa primária

Consultoria estima que medidas já anunciadas pelo governo federal para o Estado nessa ótica somam R\$ 12 bilhões, mas esse número vai crescer

Marsílea Gombata e Rafael Vazquez

O impacto das medidas de apoio ao Rio Grande do Sul sobre a despesa primária do governo central deve ser entre 0,6% e 1% do Produto Interno Bruto, o que significaria gastos de até R\$ 117,8 bilhões, com um governo pró-ativo, segundo projeções da consultoria BRCG. Ser pró-ativo significa, segundo a consultoria, ser mais atuante que em emergências anteriores, como nos deslizamentos na região serrana do Rio, em 2011. Caso o governo federal siga o padrão de outras tragédias, o gasto primário será de cerca de R\$ 70 bilhões, o equivalente a 0,6% do PIB, no cenário-base de relatório antecipado ao Valor.



Em um contexto de atuação mais conservadora do governo, os gastos



CLIPPING

DATA

20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

seriam de R\$ 48,4 bilhões ou 0,4% do PIB. E, com um governo mais atuante, poderiam chegar a R\$ 117,8 bilhões, o que equivale a 1% do PIB. “Mesmo um cenário de atuação governamental comedida já traria impactos relevantes. Portanto, a despesa estimada, em qualquer cenário, é significativamente superior ao valor por ora anunciado pelo governo, de R\$ 12 bilhões”, escrevem os economistas Matheus Ribeiro e Lívio Ribeiro, no relatório. “Por enquanto o governo está sendo prudente ou tímido, e isso não é de todo ruim”, afirmam.

Eles alertam, contudo, que os gastos primários precisarão ser feitos por fora das regras estabelecidas no arcabouço fiscal, “o que levará a um aumento ainda mais rápido da dívida pública”. “O que tem impacto primário terá impacto na dívida, estando ou não fora do arcabouço. Há o primário para fins de arcabouço, e a diferença entre receita e despesa primária que, em última instância, é o que alimenta o endividamento”, diz Lívio Ribeiro ao Valor.

Nas estimativas, os economistas não consideram os impactos sob a ótica da receita, seja relativos ao atraso no recolhimento de tributos, seja por mudanças na base de incidência tributária. Medidas sem efeito no gasto primário, como uso de recursos do FGTS, linhas de crédito multilateral ou suspensão de pagamentos devidos pelo Estado gaúcho à União, também foram excluídas. A BRCG lembra que a extensão da tragédia ainda é desconhecida e poderá ser avaliada somente quando a água baixar. “De toda forma, já fica claro que esta é a maior catástrofe natural da história brasileira; seu custo humanitário, econômico e social será muito elevado”, afirma o relatório.

Ontem, o governo gaúcho informou que as enchentes iniciadas no fim de abril já mataram 157 pessoas no Estado e há 88 desaparecidas. Mais de 20% da população do Rio Grande do Sul (2,34 milhões) foi afetada pelos temporais e há 582 mil pessoas desalojadas de suas casas - 77 mil em abrigos. A previsão é de mais chuva forte no Rio Grande do Sul a partir de terça-feira (21).

Nas últimas semanas, as medidas anunciadas pelo governo somam cerca de R\$ 62 bilhões, segundo a consultoria - R\$ 12 bilhões são de impacto primário. Mas esses números devem crescer, na projeção dos economistas. Para fazer essas estimativas, os autores se basearam em eventos de proporção semelhante como o da região serrana do Rio, o rompimento da barragem em Brumadinho em Minas, em 2019, e o furacão Katrina, nos EUA, em 2005.

“A passagem do furacão Katrina pelos EUA é o desastre natural extremo com proporções mais próximas das que aparentemente serão observadas no Rio Grande do Sul. A área-alvo da assistência do governo americano foi aproximadamente 11% superior à atingida no Sul do Brasil, ainda que a população afetada seja pouco mais de 60% superior”, escrevem. “A comparação pode ser mais próxima, a depender da quantidade de municípios gaúchos que decretam calamidade pública até o fim do desastre em curso.”

Os gastos com infraestrutura e recuperação ambiental estimados no relatório têm como base informações da área atingida em desastres prévios, assim como o impacto sobre capital físico e o meio ambiente. O dano causado pelo Katrina foi estimado em 1% do PIB americano em 2005, segundo o National Oceanic and Atmospheric Administration, 6,1% do PIB brasileiro daquele ano, diz a BRCG.

“O governo americano aprovou, em 2005, gastos da ordem de 0,8% do PIB dos EUA, ou 4,9% do PIB brasileiro em conversão direta, voltados à recuperação após o furacão. Nos primeiros 16 meses após a



CLIPPING

DATA

20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

catástrofe, o dispêndio foi da ordem de 0,3% do PIB dos EUA, ou 1,8% do PIB brasileiro”, lembram. Os deslizamentos de terra decorrentes das chuvas na serra fluminense, por sua vez, geraram danos de R\$ 7,9 bilhões, a preços atuais, além de prejuízo econômico associado de R\$ 1,9 bilhão.

Na tragédia de Brumadinho, quando houve o rompimento de uma barragem da Samarco de propriedade das mineradoras Vale e BHP Billiton, a Vale fez um acordo em 2021 com o governo de Minas Gerais, com custo de 0,4% do PIB daquele ano (ou R\$ 37,7 bilhões) para reparação e indenização. Como são eventos de natureza e magnitude distintas das do Rio Grande do Sul, os economistas se baseiam em hipóteses para fazer uma calibragem dos números.

No caso das despesas com infraestrutura e habitação, assume-se que 40% das obras ocorreriam no primeiro ano após as enchentes, sendo 50% financiadas pelo governo federal. Para mensurar os gastos com recuperação ambiental são levadas em conta despesas não indenizatórias da Vale em Brumadinho. Assume-se que o gasto por km² seria o mesmo no Rio Grande do Sul, com variação de mais ou menos 25%. Estimativas feitas pela BRCG para gastos com saúde e saneamento levam em consideração despesas em diferentes níveis da federação, tendo como base a pandemia da covid-19.

Apesar de ser um choque de características distintas, argumentam os economistas, a pandemia foi “um evento extremo e recente no qual o poder público foi chamado a atuar, enfrentando um estado de calamidade duradouro”. Por ora, considera-se a despesa com saúde do governo federal e estima-se que o gasto per capita nos municípios atingidos pode crescer entre 40% e 60%. Montantes envolvidos em políticas de crédito, manutenção do emprego e transferência de renda têm como base o desenho de políticas similares adotadas nos eventos anteriores analisados. Para crédito, por exemplo, são calculados gastos per capita com cotas de fundo de crédito e financiamento para folha de pagamentos no primeiro ano da pandemia. No que diz respeito a medidas para manutenção do emprego, a BRCG trabalha com cenário de replicação até o fim de 2024 do Benefício de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) - programa do governo federal de manutenção do emprego por meio de redução de jornadas e salários na pandemia. As estimativas para gastos sociais levam em conta o auxílio reconstrução (voucher de R\$ 5.100 via pix), com a possibilidade de adoção de uma espécie de auxílio emergencial de R\$ 600 ou de salário mínimo para os atingidos.

“O pacote anunciado pelo governo deve ser revisado e estendido ao longo das próximas semanas e meses. Além disso, é provável que várias das medidas, quiçá sua maioria, perdurem para muito além do final de 2024”, alerta o relatório. Até mesmo o Regime de Recuperação Fiscal do Rio Grande do Sul, que já foi flexibilizado, com postergação de pagamentos à União, pode sofrer novas renegociações nos próximos meses.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 20.05.2024 – PÁG. E1

Sistema de pagamento previsto na reforma dificultará a sonegação

O split payment, mecanismo a ser implementado, vai permitir que o tributo seja recolhido de forma simultânea ao pagamento

Guilherme Pimenta /Lu Aiko Otta



O Brasil será pioneiro no mundo na implementação de um sistema que promete dificultar a vida do sonegador no recolhimento de tributos sobre o consumo: o “split payment”, a base operacional da reforma tributária. “A ideia surgiu da capacidade já comprovada do Brasil de ter um excelente sistema informatizado de arrecadação e um excelente sistema eletrônico de pagamento, e juntar as duas coisas, integrar as duas coisas”, disse ao Valor o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Daniel Loria.

O split payment permite que o imposto seja recolhido de forma simultânea ao pagamento. Nas transações entre empresas, o split fará com que o sistema de débitos e créditos tributários fique parecido com uma conta bancária. Ao final do mês, o estabelecimento terá uma lista do que tem a pagar e do que recebeu de crédito, e recolherá a diferença quando houver. “Em vez de a empresa ter 250 pessoas fazendo apuração fiscal, terá uma ou duas”, afirmou o diretor. A intenção do governo é entregar aos estabelecimentos uma declaração pré-preenchida, da mesma forma como ocorre hoje no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Assim como créditos e débitos tributários serão apurados de forma eletrônica, a divisão das receitas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) também será automática.

Criado na reforma, esse novo tributo traz duas grandes novidades: será de competência conjunta de Estados e municípios e será devido no local em que o bem ou o serviço for consumido - diferentemente do que ocorre hoje, quando a receita de tributação sobre o consumo fica nos locais onde estão as sedes das empresas fornecedoras. Um Comitê Gestor vai supervisionar o funcionamento do sistema de partilha que, segundo técnicos, será um algoritmo. Nos próximos dias, o governo enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que regulará o funcionamento desse colegiado.

Por ainda não existir, o split payment tem despertado dúvidas. O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sydney, por exemplo, tem questionado quem pagará pelo desenvolvimento da tecnologia e adaptação das instituições financeiras ao novo sistema. Há críticas também quanto ao impacto do sistema no fluxo de caixa das empresas. Loria reconheceu que, em alguns casos, o estabelecimento vendedor não poderá mais contar com o prazo que existe entre a venda e a quitação dos tributos devidos. “Se ele vendeu dia 1º de janeiro para pagamento à vista, ele pagou esse imposto dia 1º de janeiro, não vai mais poder esperar até 10 de fevereiro”, exemplificou. “Então, esse é o impacto do fluxo de caixa real que existe.” Ele, porém, acredita que o problema poderá ser resolvido.



CLIPPING

DATA

20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A proposta de regulamentação da reforma tributária enviada no mês passado ao Congresso Nacional tem sido criticada por condicionar o uso do crédito tributário ao efetivo recolhimento dos impostos na etapa anterior. Na prática, dizem os críticos, o projeto coloca às empresas compradoras a responsabilidade de fiscalizar o recolhimento tributário de seus fornecedores. No entanto, mesmo os críticos reconhecem que esse problema não existirá se o split payment funcionar como o esperado. A questão é que os textos da reforma colocam o sistema como algo opcional, o que tem despertado preocupação. A redação precisa ser melhorada, disse Loria. “Queremos que seja obrigatório.”

Do ponto de vista do governo, o novo sistema ajuda a combater a sonegação. Por exemplo, as empresas dedicadas a emitir notas fiscais falsas. “Como hoje o crédito do tributo é baseado no destaque em nota, então essa empresa noteira é uma fábrica de geração de créditos”, explicou o diretor. Essas são adquiridas por outras empresas, que as utilizam para reivindicar créditos tributários. Quando, eventualmente, a fiscalização vai verificar a origem da nota, encontra uma empresa fechada ou um laranja. É difícil aos Fiscos glosar o uso dos créditos.

O novo sistema será todo digital e baseado na emissão de notas fiscais eletrônicas. Assim, os créditos tributários corresponderão a operações efetivas de compra e venda de produtos e serviços. Outro problema do sistema atual é a inadimplência, explicou Loria. Empresas postergam o pagamento de impostos devidos, muitas vezes para financiar despesas próprias, como o pagamento de salários. Impostos em atraso são corrigidos pela taxa Selic, o que representa um custo menor do que qualquer empréstimo bancário. No novo sistema, o recolhimento do tributo ocorrerá no ato do pagamento.

O terceiro problema a ser desestimulado é a venda de mercadorias sem emissão de nota fiscal. Empresas adquirentes tendem a exigir a emissão da nota, para ter acesso ao crédito tributário. Dessa forma, a expectativa do governo é que se reduza o chamado “hiato de conformidade”, que reflete a sonegação, a elisão, a inadimplência e os litígios nos recolhimentos tributários. A alíquota estimada em 26,5% para os novos tributos sobre o consumo considera uma melhora na conformidade que corresponde a dois pontos percentuais da alíquota. Ou seja: sem o split payment, a alíquota seria de 28,5%.

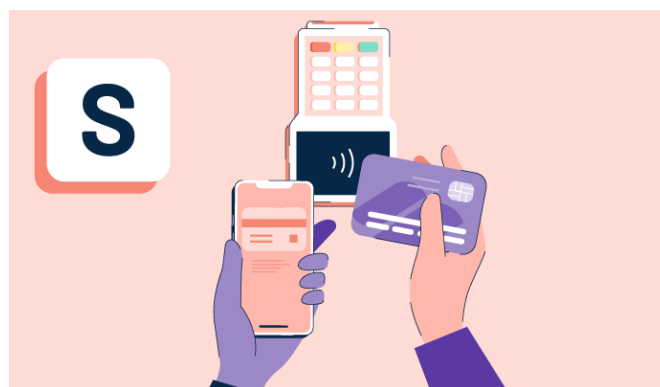
“A cobrança eletrônica é o coração do IVA”, afirmou o deputado Luiz Carlos Hauly (PODE-PR), que há décadas trabalha pela reforma tributária do consumo. O IVA a que ele se refere é o Imposto sobre Valor Agregado, que no caso do Brasil será formado pelo IBS e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Bancos devem participar da criação do 'split payment'

O governo vai convidar nas próximas semanas o setor privado para participar de grupo de trabalho

Guilherme Pimenta / Lu Aiko Otta

O governo vai convidar nas próximas semanas o setor privado para participar de um grupo de trabalho que está focado no desenvolvimento do “split payment” - sistema de pagamentos previsto pela reforma tributária. Esse grupo contará com representantes do sistema financeiro, como bancos e meios de pagamento, além dos técnicos da Receita Federal, Banco Central (BC) e dos Estados e municípios, contou o diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Daniel Loria, em entrevista ao Valor.



O grupo de trabalho já existe, mas sem representantes do setor privado. Até o momento, o foco foi desenvolver o modelo do novo sistema, ou seja, a base conceitual. Agora, será preciso pensar nos aspectos técnicos, como programação, desenvolvimento e integração com sistema financeiro. O cronograma de implementação também será estabelecido nas próximas semanas, disse Loria. A ideia é começar a fase de desenvolvimento o quanto antes, porque o sistema precisará ficar pronto até o início de 2026, para rodar junto na fase de testes dos dois novos tributos criados com a reforma tributária do consumo: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, Estados e municípios). Em 2027, o split entra em funcionamento oficialmente.

Loria afirmou que o objetivo do governo é que o split seja aplicado a todos os meios de pagamento, menos dinheiro e cheque. “Queremos o split para todos os meios eletrônicos: PIX, Drex, boleto e cartão de crédito e de débito”, disse. No caso do PIX e do Drex, a integração deverá ser feita pelo Banco Central. Nos demais casos, pelos bancos ou meios de pagamento.

Ainda está em discussão como será custeado o desenvolvimento do novo sistema. Também não há decisão se os bancos e os meios eletrônicos de pagamento serão remunerados. “É natural que haja um custo para desenvolver esse sistema. É um sistema pioneiro no mundo, mas ainda não está equacionado quem arca com esse custo, como arca, e a questão da remuneração [dos bancos e meios de pagamento, já que farão a divisão dos tributos]”, afirmou Loria.

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) avalia que o novo sistema gerará um “custo operacional que não deve ser pequeno”. “E também deve gerar uma obrigação acessória correspondente. Isso é prestação de serviço de arrecadação e teria um custo. Mas não está claro ainda se haverá ou não a remuneração por esse serviço de arrecadação”, diz a Febraban.

Queremos o split payment para todos os meios eletrônicos” — Daniel Loria

Esse sistema, acrescenta, “tem que estar no ar em 2026 e, até o momento, o setor bancário, mais impactado nessa questão, dado o volume de pagamentos que são por ele realizados, não foi chamado para discuti-lo”.

“É urgente que esse sistema seja levado ao conhecimento daqueles que serão envolvidos no seu desenvolvimento, para definição de diversos aspectos técnicos, assim como da compensação pelos custos de sua implementação e manutenção”, completa a Febraban.

A Abecs, associação que representa o setor de meios eletrônicos de pagamento, diz que está juntamente com outras entidades discutindo com o governo o tema. “Existe ambiente de colaboração entre as partes que busca analisar e mapear todos os eventuais impactos da iniciativa. A Associação acredita que em junho esse tema terá avanços.”

Destaques

Tese do século



A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir, por meio de recursos repetitivos (Tema 1.245), tese sobre a admissibilidade de ação rescisória para adequação de sentença transitada em julgado à modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 69 da repercussão geral, em que se definiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins. Até o julgamento, ficam suspensos todos os processos relativos ao tema. A exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins foi definida com repercussão geral em 2017.

Contudo, em 2021, o STF decidiu modular os efeitos da decisão para que só tivessem início na data da sessão que fixou a tese (15 de março de 2017). Relator dos repetitivos, o ministro Mauro Campbell Marques comentou que a principal discussão jurídica dos recursos afetados é a aplicabilidade da Súmula 343 do STF às ações rescisórias propostas pela Fazenda Nacional, a fim de rescindir decisões transitadas em julgado que aplicaram o Tema 69 do Supremo sem levar em consideração a modulação de efeitos, em razão do grande intervalo entre a decisão na repercussão geral e a posterior limitação dos seus efeitos. De acordo com o relator, nesse intervalo de mais de quatro anos, foram proferidas muitas decisões em desacordo com os parâmetros que viriam a ser fixados depois pelo STF na modulação de efeitos (REsp 2054759).

Ação trabalhista

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu a possibilidade de uma aposentada ajuizar ação no local em que mora, e não onde prestou serviços. A decisão, por unanimidade de votos, leva em conta que o escritório de advocacia para o qual ela trabalhou atua âmbito nacional e não terá prejuízo para se defender.

A trabalhadora foi contratada como negociadora da unidade de São Luís (MA) do escritório, com sede em São Paulo (SP). Em 2010, ela foi diagnosticada com lesões por esforço repetitivo e ficou afastada até 2018, quando, após se submeter a cinco cirurgias, foi aposentada por invalidez. Ela então foi morar em Brasília com a mãe, que poderia ajudá-la em razão de suas limitações físicas que a impediam de exercer atividades cotidianas básicas.



A ação foi ajuizada em Brasília, com o argumento de que ela não tinha condições financeiras e físicas para se deslocar para São Luís. O juízo de Brasília, porém, entendeu que, no caso, prevalecia a regra geral prevista no artigo 651 da CLT de que a competência para julgar a ação é do foro do local da prestação de serviços, e determinou a remessa do processo para uma das Varas do Trabalho de São Luís. Mesmo entendimento teve o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região - DF/TO, que decidiu manter a sentença (RR- 0001110-52.2018.5.10.0017).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 20.05.2024 – PÁG. E2

Riscos na nova regulação dos agrotóxicos

Promover uma maior accountability da ciência utilizada para fins regulatórios é um passo necessário para que a nova regulação dos agrotóxicos possa efetivamente equilibrar os diversos valores e interesses em jogo

Péricles Gonçalves Filho

Após 24 anos de debates, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 1459/2022 para definir um novo marco regulatório dos produtos agrotóxicos. O texto procurou acomodar os interesses defendidos por ambientalistas, ruralistas e indústria. Ao sancionar o PL e dar origem à Lei nº 14.785/2023, o presidente Lula vetou diversas questões disciplinadas pelo parlamento, desagradando especialmente a indústria e a bancada ruralista.

Há uma série de questões polêmicas que envolvem a lei e os vetos do presidente Lula. Dentre todas essas questões, reputo que o problema mais grave diz respeito ao déficit de accountability social que a lei impõe



ao processo de construção do conhecimento científico utilizado para analisar os riscos relacionados aos produtos agrotóxicos. Esse é um tema que não costuma ser abordado pela literatura especializada em regulação, muito embora produza consequências significativamente relevantes para a intervenção estatal.

A ciência possui um considerável apelo retórico na tomada de decisão. Há uma crescente demanda para que as decisões políticas e regulatórias estejam baseadas em “ciência sólida”, o que seria suficiente para conferir



CLIPPING

DATA

20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

27 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

autoridade e credibilidade à atividade de análise de risco desenvolvida pelo Estado. Nesse contexto, cientistas e especialistas de entidades reguladoras assumem um papel de reconhecida relevância na sociedade. Sem eles, não seria possível identificar e mensurar os riscos que produtos, substâncias e atividades oferecem ao meio ambiente e à saúde.

A importância atribuída à ciência tem lhe rendido um espaço de atuação livre de influências externas. A Lei nº 14.785/2023 encampa esse ideal de ciência independente ao definir que o processo de análise dos riscos é constituído por três fases perfeitamente discerníveis: a avaliação dos riscos, que corresponde à caracterização científica dos riscos; a comunicação dos riscos, que é a transmissão de informações relativas aos riscos; e, finalmente, a gestão dos riscos, em que se leva em conta diversos fatores para, em consulta às partes interessadas, selecionar opções regulatórias para a proteção à saúde e ao meio ambiente.

Alocar a ciência (avaliação de riscos) e a participação social (gestão de riscos) em diferentes categorizações do processo regulatório importa em excluir, a priori, as partes interessadas do processo de construção do conhecimento científico necessário à avaliação dos riscos relacionados aos produtos agrotóxicos. Tal abordagem produz efeitos significativamente prejudiciais à intervenção do Estado sobre tais riscos. A começar pela escolha da ciência a ser empregada na regulação de tais produtos. Com efeito, a ciência possui um papel instrumental no processo regulatório, sendo utilizada para responder as perguntas feitas por formuladores de políticas e reguladores.

A escolha da “ciência certa” depende, portanto, da correta formulação do problema regulatório. Nesse contexto, a participação social auxilia as autoridades públicas a formularem as perguntas certas para a ciência. Sem participação social, a ciência pode acabar oferecendo respostas a problemas que não estão no centro das preocupações das partes interessadas, o que detém o potencial de gerar desconfiança no trabalho realizado por cientistas e autoridades públicas, falta de adesão às políticas, endereçamento de soluções regulatórias deficientes e dispêndio ineficiente de recursos.

A participação social tardia prevista na lei - isto é, somente na fase de gestão de riscos - significa dizer que as partes interessadas são consultadas somente após o enquadramento do problema, após a aplicação do conhecimento científico e, quiçá, após o regulador confeccionar uma proposta de solução regulatória. Isso torna os especialistas das entidades reguladoras mais refratários a qualquer mudança no trabalho já realizado. Por outro lado, as partes interessadas podem se sentir desmotivadas em contribuir com um processo regulatório do qual não tiveram a oportunidade de participar desde o seu início.

Apesar de a política regulatória brasileira ter evoluído significativamente nos últimos anos, proporcionando uma maior abertura da regulação em direção à sociedade e, conseqüentemente, uma maior articulação entre os especialistas de entidades reguladoras e as partes interessadas, ainda há um déficit com relação à participação social nas fases iniciais do processo regulatório, um problema que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também identifica na maioria de seus países membros. Isso contribui para perpetuar a ideia de que a avaliação de riscos, tradicionalmente posicionada na fase inicial do processo regulatório, deve ser realizada livre de influências externas.

A perspectiva das partes interessadas não representa um mero receio irracional. O conhecimento não especializado proporciona uma perspectiva privilegiada de elementos da situação local, que muitas vezes são negligenciados nos modelos analíticos de risco. Riscos possuem uma natureza multidimensional,

congregando não somente elementos científicos, mas também éticos, econômicos, sociais e culturais. Para avaliá-los, é necessário estruturar processos permeáveis a essa complexa realidade. Promover uma maior accountability da ciência utilizada para fins regulatórios é um passo necessário para que a nova regulação dos agrotóxicos possa efetivamente equilibrar os diversos valores e interesses em jogo.

DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB

Dia 20 de maio – Dia do Pedagogo

Para reconhecer a importância de quem se dedica à educação, foi criado o Dia Nacional do Pedagogo, uma data que precisa ser comemorada, pois estamos falando de um profissional que atua com processos de ensino e aprendizagem, sendo fundamental para toda a sociedade.

Quer descobrir quando se comemora essa data e entender mais sobre a relevância da atuação desse profissional? Fique com a gente e acompanhe as informações que reunimos a seguir!

Quando se comemora o Dia Nacional do Pedagogo?

O Dia Nacional do Pedagogo é comemorado em 20 de maio, data importante para homenagear os profissionais que escolhem trabalhar com educação, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Logo, é uma comemoração importante no nosso calendário, pois os pedagogos merecem ser valorizados, visto que seu trabalho está ligado ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e também à formação de cidadãos.

Qual a origem do Dia do Pedagogo?

A data foi criada há poucos anos: surgiu no governo de Dilma Rousseff por meio da Lei 13.083, de 2015. Assim, todos os anos, podemos celebrar a dedicação de quem abraçou a pedagogia como profissão.

A importância da atuação do pedagogo para a sociedade

O pedagogo está ligado à nossa trajetória escolar, ou seja, é o profissional que trabalha para que tenhamos uma base educacional sólida desde a educação infantil, assim, podemos ter acesso ao conhecimento e desenvolver competências e habilidades importantes para a vida. Além disso, a pedagogia está presente em toda a estrutura escolar, como na sala de aula, coordenação, orientação e direção. Logo, é uma carreira na qual as pessoas trabalham com empatia para oferecer um ambiente saudável nas instituições de ensino e para aproximar as famílias das escolas.

20 DE MAIO
**DIA NACIONAL
DO PEDAGOGO**





CLIPPING

DATA
20.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
29 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Os pedagogos trabalham ainda com pesquisa, planejamento e execução de atividades escolares, métodos de estudos e processos de aprendizagem. Tudo sempre pensando em meios para tornar essa vivência leve e prazerosa para os alunos. Com a evolução dessa carreira, é importante destacar o papel do pedagogo na inclusão escolar, desenvolvendo métodos e adaptando atividades para que crianças com alguma dificuldade, transtorno ou deficiência, como autismo, TDAH, dislexia, possam aprender e participar do dia a dia escolar. Cabe acrescentar que o pedagogo pode atuar também fora da escola, como em clínicas de psicopedagogia, em hospitais, fábricas de brinquedos e editoras de materiais didáticos.

Qual a função do pedagogo no ambiente escolar?

Falando mais especificamente do ambiente escolar, é legal saber qual a função do pedagogo em diferentes espaços. Confira abaixo!

Na sala de aula

Quem faz a licenciatura em Pedagogia pode trabalhar como professor em creches e escolas regulares, dando aulas na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. Então, se você tem interesse em se tornar professor, participando dos primeiros anos escolares das crianças, pode fazer carreira nessa área, aproveitando as melhores oportunidades no setor público e privado.

Na gestão escolar

Além de professor, o pedagogo pode assumir cargos de direção e coordenação escolar, trabalhando na gestão de equipes, planejamento de atividades, atendimento das famílias, zelando pela qualidade do ensino e para que todos os processos da escola funcionem bem.

Na orientação educacional

Tem ainda a função de orientador educacional, em que o pedagogo faz o acompanhamento individual dos alunos, avaliando a aprendizagem e identificando dificuldades. Ele ainda aconselha as famílias e oferece o suporte para o professor.